

8. Anexos às Demonstrações Financeiras

8.1. Caracterização da Entidade

VER MAPA NO PONTO 8.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 -

8.2.2 - ...

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Imobilizações – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.1. Valorimetria. Imobilizações, do POCAL, que refere: “O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção”.

As amortizações foram efetuadas de acordo com o CIBE.

Existências – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.2., do POCAL que refere: “As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção...”

Dividas de e a terceiros – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.3., do POCAL que refere: “As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam”.

Disponibilidades – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.4. Disponibilidades, do POCAL que refere: “As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente”.

Não foram efetuadas provisões para investimentos financeiros.

8.2.4 -

8.2.5 -

8.2.6 - Comentário às contas 431 «Despesas de instalação», 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento», e 439 «Outras imobilizações incorpóreas».

O valor do ativo líquido da conta 431 é zero.

A conta 432 não apresenta movimento.

A conta 439 estão incluídos os investimentos em projetos feitos por gabinetes externos e o investimento feito na revisão do PDM.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Vd. Mapa “Ativo Bruto”, folha seguinte

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Ano: 2014

Unidade: Euros

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	476.634,35	257.775,17	0,00	734.409,52
Outras construções e infra-estruturas	4853	11.661.974,75	1.099.582,75	0,00	12.761.557,50
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	57.775,73	1.609,23	0,00	59.384,96
Outros bens de domínio público	4859	4.618,08	288,63	0,00	4.906,71
		12.201.002,91	1.359.255,78	0,00	13.560.258,69
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	574.595,73	0,00	0,00	574.595,73
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
Software Informático	4834	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações incorpóreas	4839	124.854,24	90.879,92	0,00	215.734,16
		606.538,43	90.879,92	0,00	790.329,89
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	3.298.094,83	382.130,36	0,00	3.680.225,19
Outras construções	48222	872.058,47	201.691,44	0,00	1.073.749,91
Equipamento básico	4823	2.197.416,94	279.540,85	0,00	2.476.957,79
Equipamento de transporte	4824	1.256.392,52	121.486,10	0,00	1.377.878,62
Ferramentas e utensílios	4825	71.879,74	2.211,16	0,00	74.090,90
Equipamento administrativo	4826	2.103.432,33	210.799,53	0,00	2.314.231,86
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	1.128.453,16	58.631,72	0,00	1.187.084,88
		9.831.753,51	1.256.491,16	0,00	12.184.219,15
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		22.639.294,85	2.706.626,86	0,00	26.534.807,73

8.2.8 -

8.2.9 -

8.2.10 - ...

8.2.11 - ...

8.2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma;

Encontra-se concessionada a rede de distribuição elétrica à E.D.P.

Em termos financeiros, existe uma comparticipação anual por parte da E.D.P. nos encargos com Iluminação Pública, que em 2014, foi de 72.048,81 € ao trimestre.

8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Balancete Acumulado		MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO				Analítico	
Mês de Dezembro						Ano: 2014	
Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito		
2613100612	Totta-Crédito,SA(Gab.cons.jurídica) FIM 12/2016	8.640,80	20.957,83	0,00	12.317,03		
2613105180	MILLENNIUM BCP (2 mini autocarros) FIM:12/2015	21.027,69	43.493,72	0,00	22.466,03		
2613105616	MILLENNIUM BCP(2 Pick-Up-Esp.Verdes)FIM: 01/2014	6.881,05	6.881,05	0,00	0,00		
2613106022	CAIXA LEASING (Renault Clio-DSU):Fim:12/2014	5.923,45	5.923,45	0,00	0,00		
2613106023	CAIXA LEASING (Renault Kangoo-DEVA)Fim:12/2014	4.968,98	4.968,98	0,00	0,00		
2613106094	MILLENNIUM BCP (Palco) FIM: 07/2014	4.239,64	4.239,64	0,00	0,00		
2613106095	MILLENNIUM BCP (Sistema Som) FIM: 07/2014	3.137,88	3.137,88	0,00	0,00		
Totais Gerais:		54.819,49	89.602,55	0,00	34.783,06		

Em 2014 foram feitas amortizações no valor de 54.819,49 € e no final do ano estavam em dívida 34.783,06 €, que corresponde aos contratos com valor na coluna saldo a crédito.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Do ponto de vista dos bens móveis, a inventariação encontra-se realizada.

Quanto aos bens imóveis o processo de inventariação tem estado a ser levado a cabo de forma faseada, dada a extensão e complexidade da mesma. À data das presentes demonstrações financeiras ainda não foi possível concluir a inventariação dos bens do município razão pela qual não se encontram identificados e devidamente refletidos nas demonstrações financeiras, todos os imobilizados pertença da CME.

Esta dificuldade de inventariação ocorre nos casos de cedências para o domínio público de loteamentos para arruamentos, passeios e similares e que reveste alguma dificuldade, devido a questões burocráticas.

8.2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Todos os bens do domínio público inventariados são suscetíveis de amortização.

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

A - Participação em entidades societárias

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
TAGUSGÁS	503956538	Societária	35230	12.500.000,00	3.440,00	0,03	3.440,00	3.440,00	0,00	

B - Participação em entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Obs.
Denominação	N.I.P.C				Em N	Forma de realização		
1	2	3	4	5		Meios monetários	Em espécie	
A. LOGOS	504085840	ASU	71200	108.706,40	844,44	844,44	0,00	
Assoc.Nacional Municipios Portugueses	501627413	AM	91333	0,00	4.756,00	4.756,00	0,00	
Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	502106506	Não Soc.	84130	2.366.137,12	36.913,32	36.913,32	0,00	
RESITEJO	503914096	ASU	38212	4.988,00	4.200,00	4.200,00	0,00	
Fundação Museu Nacional Ferroviário	510081266	Fundação	91331	1.056.944,00	0,00	0,00	0,00	

8.2.17 - Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Em 31/12/2014, o município não tinha aplicações de tesouraria.

8.2.18 -...

8.2.19-...

8.2.20 -...

8.2.21 -...

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

PROVISÃO PARA COBRANÇAS DUVIDOSAS

CONTA 218 - CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA

DESIGNAÇÃO	ANO			TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	2012	2013	2014		
FORNECIMENTO DE ÁGUA					
Dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses	14.036,35	21.713,59	19.338,58	55.088,52	2131
FORNECIMENTO DE ÁGUA					
Dívidas em mora há mais de 12 meses	21.014,18	25.506,96	22.405,83	68.926,97	2131
OCUPAÇÃO DE OSSÁRIOS					
Cemitérios	60,57	134,09	0,00	194,66	212304012399
RENDAS E ALUGUERES					
Mercados	0,00	524,88	0,00	524,88	212304012301
TOTAL	35.111,09	47.879,52	41.744,41	124.735,02	

2131 - Água, Tarifa de Disponib., Saneamento/RSU

212304012399 - Outras - Cemitérios

212304012301 - Mercados e feiras

8.2.23 -...

8.2.24 -...

8.2.25 -...

8.2.26 -Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

VER MAPA NO PONTO 8.2.26 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2.27 -... Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte.

VER MAPA NO PONTO 8.2.27 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2.28 - Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Os **Fundos Próprios** sofreram alterações no decurso do ano, apresentando agora o valor de 18.274.594,99 €.

Conta 51 – Património

Registou regularizações feitas ao património municipal, nomeadamente abate de terrenos que no balanço inicial tinham sido registados na conta 51.

Conta 59 – resultados transitados

Em termos gerais esta conta acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior (Ano 2013: RL – 365.107,48 €).

Esta conta registou ainda as seguintes regularizações:

- Abate ao património da ficha 8823 referente ao Jardim Parque José Pereira Caldas

Movimento a débito no valor de 301.670 €.

Em 2010 foi inserido no património municipal, através de uma avaliação feita pelas finanças (301.670 €) do Jardim Parque José Pereira Caldas. Em 2014, foi aberta nova ficha com o mesmo bem para registar a empreitada de requalificação do jardim, ou seja, com o encerramento da obra transitou o saldo de imobilizado em curso para corpóreo, havendo necessidade de registar este movimento no património (408.654,55 €).

Para não haver duplicação de valores optou-se por anular a ficha com a avaliação feita por parte das finanças. Foi registado na conta 59 porque o movimento inicial foi efetuado através desta conta.

- Retificação de especialização das verbas referentes ao IMI (Movimento a crédito)

Movimento a crédito no valor de 96.560,82.

Esta retificação foi feita na sequência da previsão de IMI feita no ano anterior e para saldar a conta 2719. Em 2013 a previsão feita foi registada através dos seguintes movimentos:

Débito: 2719 Crédito: 59

Foi usada a conta 59 porque em 2013 foi o primeiro ano em que o IMI foi registado desta maneira, ou seja, é registado pelo ano em que o proveito ocorre e não apenas com o recebimento.

- Águas do Centro (consumo de eletricidade)

Movimento a débito no valor de 53.266,63.

Este movimento foi efetuado para anular o encontro de contas feito no ano de 2013 com as Águas do Centro (AdC).

No final de 2013 chegou-se a um entendimento que o valor reclamado pelas AdC referente aos custos que a entidade teve a partir de outubro de 2010 com o tratamento de águas residuais, eram em parte compensados com o custo de eletricidade que o município tem vindo a suportar com as instalações que transitaram para a responsabilidade das AdC.

O valor do saneamento reclamado é de 319.599,80 € e foi deliberado em reunião de Câmara de 17/06/2013 e da Assembleia Municipal de 28/06/2013 o pagamento desta importância através de 36 prestações de 8.877,77 €.

No final de 2013, em relação a este processo, ficou registada em conta corrente uma dívida de 266.333,17 € (319.599,80 € - (8.877,77 € * 6 prestações)).

Este acordo ficou sem efeito em 2014 porque as Águas do Centro não aceitaram o valor da eletricidade imputado pelo município (183.691,88 €), originando que o movimento inicial tivesse que ser anulado.

- Ajuste em contratos de leasings (final de contrato)

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

**MUNICIPIO DO ENTRONCAMENTO
EXISTÊNCIAS EM 31-12-2014**

MERCADORIAS

ÁGUA

RUBRICAS	MERCADORIAS	MT. PRIMAS, SUBS., CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	0,00		0,00
Compras	1.001.298,83		1.001.298,83
Regularização de existências	0,00		0,00
Existências finais	0,00		0,00
CUSTO MERCADORIAS VEND.MATÉRIAS CONSUM.	1.001.298,83	0,00	1.001.298,83

MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO

RUBRICAS	MERCADORIAS	MT. PRIMAS, SUBS., CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais		140.099,42	140.099,42
Compras		249.681,21	249.681,21
Regularização de existências		-45.969,71	-45.969,71
Existências finais		115.105,26	115.105,26
CUSTO MERCADORIAS VEND.MATÉRIAS CONSUM.	0,00	228.705,66	228.705,66

TOTAL DE EXISTÊNCIAS

RUBRICAS	MERCADORIAS	MT. PRIMAS, SUBS., CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	0,00	140.099,42	140.099,42
Compras	1.001.298,83	249.681,21	1.250.980,04
Regularização de existências	0,00	-45.969,71	-45.969,71
Existências finais	0,00	115.105,26	115.105,26
CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS	1.001.298,83	228.705,66	1.230.004,49

8.2.30 -...

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

VER MAPA NO PONTO 8.2.31 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários:

VER MAPA NO PONTO 8.2.32 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3. Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1. Modificações do orçamento

8.3.2. Modificações ao plano plurianual de investimentos

VER MAPAS DETALHADOS NO VOLUME II

8.3.1.1 MAPAS RESUMO DAS MODIFICAÇÕES NA RECEITA

VER MAPA NO PONTO 8.3.1.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.1.2 MAPAS RESUMO DAS MODIFICAÇÕES NA DESPESA

VER MAPA NO PONTO 8.3.1.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.2. MAPA RESUMO DAS MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

VER MAPA NO PONTO 8.3.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.3. Contratação Administrativa

VER MAPA NO PONTO 8.3.3 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.4. Transferências e Subsídios

8.3.4.1. Transferências Correntes

VER MAPA NO PONTO 8.3.4.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.4.2. Transferências de Capital

VER MAPA NO PONTO 8.3.4.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.4.6. Subsídios Obtidos

Vd. pontos 2.3.1.6 e 2.3.2.2.2

Subsídios à exploração

Em 2014 o município recebeu 1.001.082,05 € discriminados de acordo com o mapa da folha seguinte.

Os subsídios mais significativos tiveram origem em:

- Ministério da Educação e Ciência, subsídios resultantes do protocolo de delegação de competências no âmbito da educação, atividades de enriquecimento curricular, refeições escolares, gestão do parque escolar e acordo de cooperação pré-escolar.

Esta entidade transferiu para o município 838.924,97 € o que corresponde a 83,80 % do total recebido.

8.3.4.6 - Subsídios Obtidos

Câmara Municipal do Entroncamento

(Designação da autarquia local)

Ano

2014

Disposições legais	Entidade financiadora	Finalidade	Subsídios recebidos	Observações
Protocolo de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	Ministério Educação Ciência	Acordo Cooperação Pré-escolar	104.947,00	
Despacho n.º 8683/2011 de 28 de junho - Capítulo II Artigo 3.º	Ministério Educação Ciência	A.Coop.- Atividades Enriquecimento Curricular	99.216,46	
Despacho n.º 9265-B/2013. D.R. n.º 134, Suplemento, Série II de 2013-07-15	Ministério Educação Ciência	Educação Pré-Escolar - Apoio à Família (CAF)	130.975,97	
Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho	Ministério Educação Ciência	Pessoal não docente	483.785,54	
Competências municipais consubstanciadas na lei 159/99 de 14 de setembro - Acordo Cooperação Educação pré-escolar	Ministério Educação Ciência	Gestão Parque Escolar	20.000,00	
Portaria 127/2009 alterada pela Portaria 298/2010 de 01/06	Instituto Emprego Formação Profissional	GIP - Gabinete Inserção Profissional	14.473,66	
Portaria n.º 128/2009 de 30/1, alterada pela Portaria n.º 294/2010 de 31/5, a n.º 164/2011 de 18/4, a n.º 378-H/2013 de 31/12, a n.º 20-B/2014 de 30/1 e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014 de 30/1	Centro Emprego de Torres Novas	Programa Inserção CEI, CEI + e EACE (Deficientes/Incapacitados)	24.312,17	
Portaria n.º 33/2013 de 29 de janeiro	Centro Emprego de Torres Novas	Programa PAC (Património Ativo) - CEI e CEI +	46.396,42	
Portaria n.º 92/2011 de 28/2, com a redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 309/2012 de 9/10, n.º 3-B/2013 de 4/1 e n.º 120/2013 de 26/3; Portaria n.º 225-A/2012 de 31/7, alterada pela Portaria n.º 165-B/2013 de 13/2 e retificada pela Dec. Ret.n.º 18/2013 de 26/3; Portaria n.º 204-B/2013 de 18/6.	Centro Emprego de Torres Novas	Estágios Profissionais	37.085,02	
Protocolos Municipios - CPCJ	ISS - Instituto da Segurança Social	Comissão Proteção Crianças e Jovens	21.205,98	
Lei n.º 13/99 e DL n.º 162/79	Direção Geral Administração Interna	Recenseamento Eleitoral/Eleições	653,51	
Lei n.º 20/2009, de 12 de maio	Departamento Conservação Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo	Gabinetes Técnicos Florestais	16.820,72	
Decreto-Lei n.º 197/2008, de 7 de outubro	ANSR - Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Contra-ordenações de trânsito	1.209,60	
		TOTAL	1.001.082,05	

Subsídios ao investimento

Em 2014 o município recebeu 3.673.098,22 € de subsídios ao investimento discriminados de acordo com o mapa da folha seguinte.

8.3.4.6 - Subsídios Obtidos

Câmara Municipal do Entroncamento

Ano

2014

Designação da autarquia local)

Disposições legais	Entidade financiadora	Finalidade	Subsídios previstos	Subsídios recebidos	Observações
Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Projeto CENTRO-09-0644-FEDER-012016 - Escola Básica Norte do Entroncamento	1.261.369,86	1.116.610,68	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Projeto CENTRO-09-0141-FEDER-010043 - Req. Parque do Bonito - const.equipamento para animação e atividade económica	62.212,80	21.682,78	
Regulamento Específico de Ações de Valorização e Qualificação Ambiental PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Projeto CENTRO-08-0231-FEDER-019014 - Requalificação do Parque Verde do Bonito - 1.ª Fase	0,00	8.513,00	
Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Construção Nova Escola Básica 2ª e 3ª Ciclos Dr. Ruy Andrade	2.247.474,74	2.084.620,83	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Operação 1 - Requalificação da praça da República/Jardim Pereira Caldas	32.593,49	0,00	
Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Escola Básica 1.º Ciclo + Jardim Infância Sul	1.046,34	0,00	
Regulamento Específico Mobilidade territorial - PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	13.714,79	0,00	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Gestão e monitorização da parceria	1.789,95	0,00	
Regulamento Específico Ações de Valorização e Qualificação Ambiental - PORC 2013-2017	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Parque verde do Bonito - 2.ª Fase	82.082,46	0,00	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Rede aberta multi-serviços	22.912,00	0,00	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Remodelação do Centro Cultural	7.419,60	0,00	
Regulamento Específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Remodelação do centro de convívio 3.ª Idade	3.099,73	0,00	
SUB-TOTAL			3.735.715,76	3.231.427,29	

8.3.4.6 - Subsídios Obtidos

Câmara Municipal do Entroncamento

Designação da autarquia local)

Ano **2014**

Disposições legais	Entidade financiadora	Finalidade	Subsídios Previstos	Subsídios recebidos	Observações
SUB-TOTAL			3.735.715,76	3.231.427,29	
Regulamento Especifico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Remodelação do edificio da biblioteca - 1.º andar	2.147,21	0,00	
Regulamento Especifico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Remodelação e ampliação Escola Básica Zona Verde	6.007,21	0,00	
Regulamento Especifico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Requalificação do espaço público - arruamentos, largos, praças estruturantes A	70.104,19	0,00	
Regulamento Especifico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Requalificação do espaço público - arruamentos, largos, praças estruturantes B	3.399,14	0,00	
Regulamento Especifico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana PORC - 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Requalificação Zona Desportiva/Bonito	110.457,92	0,00	
Regulamento Especifico SAMA - Sistema Apoio Modernização Administrativa do Programa Operacional Fatores de Competitividade 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Projeto FCOMP-04-0126-FEDER-033137 - SAMA - Candidatura Médio Tejo Online	55.569,60	24.464,70	
Regulamento Especifico Mobilidade Territorial PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Projeto CENTRO-09-0650-FEDER-023140 - Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	124.180,53	55.214,73	
Regulamento Especifico Sistema Apoios à Modernização Administrativa	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Médio Tejo Gestão em SIG	22.056,91	22.056,91	
Art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro	Contrato Programa - DGEstE - Direção Geral Estabelecim	Construção Nova Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy Andrade	390.571,50	364.991,50	
TOTAL			4.520.209,97	3.698.155,13	

8.3.5. Aplicações em Ativo de Rendimento Fixo e Variável

Não existiu movimento.

(Ver mapa folha seguinte)

8.3.5.1 - Activos de rendimento fixo

Município do Entroncamento _____

Ano

2014

(Unidade: M€)

Descrição do activo (1)	Entidade devedora (2)	Valor em 1 de Janeiro		Valor em 31 de Dezembro		Rendimento		Observações (9)
		Valor nominal (3)	Valor de mercado (4)	Valor nominal (5)	Valor de mercado (6)	Vencido e cobrado (7)	Vencido por cobrar (8)	
A curto prazo	Sem informação							
A médio e longo prazos								

8.3.5.2 - Activos de rendimento variável

Município do Entroncamento _____

Ano

2014

(Unidade: M€)

Descrição do activo (1)	Entidade devedora (2)	Valor em 1 de Janeiro		Valor em 31 de Dezembro		Observações (7)	Observações (8)
		Valor nominal (3)	Valor de mercado (4)	Valor nominal (5)	Valor de mercado (6)		
A curto prazo	Sem informação						
A médio e longo prazos							

8.3.6. Aferição da Dívida Total

(vd. ponto 4.3)

Com a publicação da Lei nº 72/2013 (LFL) os municípios passam a ter um limite à dívida total ao abrigo do art.º 52 da referida lei.

O artigo em questão refere o seguinte:

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Tendo em conta o **ponto 1** do artigo 53 o limite da dívida para o ano de 2014 era o seguinte:

Receita Corrente Líquida 2011	Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
9.525.218	11.077.928	11.099.807	31.702.953	10.567.651

Limite dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total

15.851.476,56

No final de 2014 o cenário era o seguinte:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orcamentais	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
15.851.477	01/01/2014						
	13.626.478	1.708.174	15.334.652	14.996.905		854.572	170.914
	31/12/2014						
	12.818.365	48.390	12.866.755	12.606.166		3.245.311	649.062
Variação da Dívida %							-15,94%
Variação do Excesso da Dívida %							
Utilização da Margem Disponível							2.561.653

O município cumpriu com os limites fixados no art.º 53 da LFL.

A dívida total, retirando as operações de tesouraria, teve uma variação negativa de 15,94 %.

Tendo em conta o que é referido no art.º 54 da LFL estão incluídas no quadro acima as entidades participadas pelo município.

À data de 01/01/2014 a contribuição destas entidades para a dívida bruta municipal era de 1.708.174 € e à data de 31/12/2014 essa contribuição passou para 48.390 €.

Para estes valores contribuía as seguintes entidades:

Entidade	01-01-2014	% Participação	31-12-2014	% Participação
A. LOGOS - Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos	4.466	0,92%	4.466	0,92%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	315	0,32%	408	0,32%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM Médio Tejo)	5.184	5,42%	3.045	5,42%
Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal	5.689	0,95%	9.048	0,95%
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	1.673.393	10,50%	12.435	4,34%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	19.127	0,03%	18.989	0,03%
TOTAL	1.708.174		48.390	

Nota: após várias insistências por parte do Município não foi possível informação acerca dos valores finais para as entidades A. Logos, FMNF e Tagusgás, pelo facto de estarem em processo de encerramento de contas. Os valores acima referidos são ainda provisórios podendo sofrer alterações.

A principal variação entre o início e o fim do ano tem a ver com a Resitejo e deve-se a 2 situações.

1 – Alteração do valor da quotização para 2014 reduzindo a percentagem de participação de 10,50 % para 4,34 %.

2 – Alteração dos critérios a aplicar no âmbito do determinado na alínea b) do nº 1 do art.º 54 da Lei 53/2013.

A alínea b) do nº 1 do art.º 54 refere o seguinte:

Artigo 54.º

Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total

1 — Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos:

b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;

Neste sentido a Resitejo em reunião da Assembleia Geral de 12 de novembro de 2014 deliberou por unanimidade aprovar que a quota-parte dos municípios nas despesas de funcionamento da Resitejo nunca poderá ser superior a **1,7 % do total das despesas de funcionamento**, correspondendo também esse limite para a relevância do endividamento da Resitejo nos limites da dívida total dos Municípios associados.

Na sequência desta deliberação foi comunicado pela Resitejo os seguintes valores:



Contribuição do Passivo da RESITEJO para a Dívida dos Municípios Associados a 31 de Dezembro de 2014

Municípios	Quotização Mensal 2014	Porcentagem	Contribuição Dívida Municípios
C. M. Alcanena	400,00 €	4,96%	14.211,03 €
C.M. Chamusca	550,00 €	6,81%	19.540,16 €
C.M. Constância	222,54 €	2,76%	7.906,30 €
C. M. Entroncamento	350,00 €	4,34%	12.434,65 €
C. M. Ferreira do Zêzere	400,00 €	4,96%	14.211,03 €
C. M. Golegã	300,00 €	3,72%	10.658,27 €
C. M. Santarém	2.500,00 €	30,97%	88.818,91 €
C. M. Tomar	1.500,00 €	18,58%	53.291,35 €
C. M. Torres Novas	1.500,00 €	18,58%	53.291,35 €
C.M. Vila Nova da Barquinha	350,00 €	4,34%	12.434,65 €
Total	8.072,54 €	100,00%	286.797,68 €

Cálculo do Passivo para a Contribuição da Dívida Bruta dos Municípios

Dívidas a Terceiros	17.040.465,08 €
Provisões	0,00 €
Saldo Operações não Orçamentais	70.188,17 €
Contribuição da Dívida dos Municípios antes de aplicar taxa	16.970.276,91 €
Porcentagem da Quotização sobre os Custos de Funcionamento (Conforme Deliberação da Assembleia Geral a 11 de Novembro de 2014)	1,69%
Contribuição para a Dívida do Municípios	286.797,68 €

8.3.6.1. Empréstimos – Mapa de acordo com POCAL

VER MAPA NO PONTO 8.3.6.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.6.2. Outras Dívidas a Terceiros – Relação Nominal

VER MAPA NO PONTO 8.3.6.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.1. Mapas**9.1. Mapas de Execução Orçamental da Receita e da Despesa****9.1.1. Mapas de execução orçamental da receita**

VER MAPA NO PONTO 9.1.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.1.2. Mapas de Execução Orçamental da Despesa**9.1.2.1. Mapas de execução orçamental da despesa POR ECONÓMICA**

VER MAPA NO PONTO 9.1.2.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.1.2.2. Mapas de execução orçamental da despesa POR ORGÂNICA

VER MAPA NO PONTO 9.1.2.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.2. Execução do PPI e das AMR

9.2.1 Execução do PPI

VER MAPA NO PONTO 9.2.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.2.2. Execução das AMR

VER MAPA NO PONTO 9.2.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.3. Balanço

(e contas de ordem)

VER MAPA NO PONTO 9.3 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.4. Demonstração de Resultados

VER MAPA NO PONTO 9.4 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.5. Fluxos de caixa

Neste mapa são discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer a operações de tesouraria.

Nele se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

As receitas e despesas orçamentais são desagregadas de acordo com a discriminação constante do orçamento.

Neste mapa consta o movimento dos recibos para cobrança, garantias e cauções.

VER MAPA NO PONTO 9.5 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.6 - Operações de tesouraria

São consideradas como operações de tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros.

Este mapa apresenta o movimento das operações de tesouraria devidamente desagregadas, devendo ser articulado com o mapa de fluxos de caixa.

VER MAPA NO PONTO 9.6 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.7. Balancete do Razão

VER MAPA NO PONTO 9.7 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.8. G.O.P. – Grandes Opções do Plano

VER MAPA NO PONTO 9.8 DOS ANEXOS AO BALANÇO

As contas do município do Entroncamento referentes ao exercício económico de 2014, contém-se em 2 volumes, cujo teor e conteúdo se apresentam no índice a págs. 1 a 3 do presente volume 1.

Entroncamento, 31 de março de 2015

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria